

Bruno Vieira Amaral

Hoje Estarás Comigo no Paraíso



QUETZAL língua comum | Bruno Vieira Amaral

Em memória de João Jorge Rego.
(1963-1985)

«Um dos malfeitores que tinham sido crucificados insultava-o, dizendo: “Não és tu o Cristo? Salva-te a ti e a nós.” Mas o outro, respondendo, repreendeu-o e disse: “Não temes a Deus, tu que estás no mesmo suplício? Nós sofremos justamente, pois recebemos o castigo que as nossas acções mereciam; mas ele nada fez de mal.” E dizia: “Jesus, lembra-te de mim quando entrares no teu reino.” E Jesus disse-lhe: “Amém te digo: hoje estarás comigo no paraíso.”»

Evangelho segundo Lucas, 23:39-43

«A novel is balanced between a few true impressions and the multitude of false ones that make up most of what we call life.»

SAUL BELLOW

«O último dia da vida de um homem não existe. Fora dos livros que narram, nenhuma salvação, apenas bolas de sabão. É o que melhor prova a nossa condição absurda, caro amigo: ninguém tem direito a um último dia, somente a uma interrupção acidental da vida.»

KAMEL DAOUD, *Meursault, Contra-investigação*

Primeira Parte



PARA MIM, JOÃO JORGE NASCEU NA NOITE em que o mataram, nas hortas a caminho da Vila Chã. A minha avó materna dizia que, naquela madrugada, ouviu gritos vindos de perto do cemitério e, mesmo antes de ter ido à varanda, curiosa e apavorada e sem acender a luz, soube logo que acontecera uma grande desgraça. Até ao fim da vida, quando falava de João Jorge, repetia os passos daquela madrugada distante, ia até à varanda, apontava para o lugar onde antigamente ficavam as hortas e dizia que naquela noite amarga, enquanto lavava a loiça, ouvira uns gritos assustadores, como se estivessem a matar porcos. No dia seguinte — e disto lembro-me perfeitamente — carregada com os sacos de compras, ofegante e muito vermelha, nem esperou para entrar em casa: «Mataram aquele teu primo, o João Jorge», disse.

À minha avó associo o sentimento de incredulidade. Não era o de não acreditar — a dado passo da sua vida de católica não praticante converteu-se às Testemunhas de Jeová e até ao dia da sua morte num quarto do Hospital dos Capuchos, cega e incapaz de falar, permaneceu fiel ao seu Deus — era o de achar tudo inacreditável, como se a realidade escolhesse propositalmente certos caminhos com o único intuito de a defraudar.

Isto agravava-se nas desgraças que nunca compreendia ou porque a vítima era muito nova, ou muito bonita ou muito bondosa. No pensamento mágico da minha avó, havia sempre nas vítimas uma qualidade que as tornava especialmente dignas de comiseração. As coisas — boas e más — acontecem a toda a gente, em qualquer altura, mas a minha avó aceitava com dificuldade que as más acontecessem a uma pessoa determinada num determinado momento. Toda a gente tinha acidentes, adoecia e acabava por morrer, mas que o nosso vizinho do primeiro andar tivesse morrido inesperadamente, a fazer a barba, era um mistério inexplicável, pois não encontrava uma causa directa e plausível. Para a minha avó só havia uma explicação aceitável para as coisas: ou eram castigos ou eram recompensas. Fora desta lógica tudo suscitava a sua incredulidade pasmada. O seu mundo ideal era um jardim de delícias e estagnação, onde nada aconteceria. Quando alguém morresse, desapareceria e, com ele, a memória dos outros, sem sofrimentos, sem os solavancos da incompreensão. Porque é que tinham matado João Jorge? Como é que alguém era capaz de matar assim uma pessoa, a sangue-frio? Se nada disto tivesse acontecido, se João Jorge, em vez de uma memória negra semeada numa madrugada de Inverno, estivesse vivo, a minha avó gostaria de ter partido primeiro, levada tranquilamente por um barqueiro para um lugar distante, onde não estaria nem morta nem viva, nem presente nem esquecida.

(Estou com a minha mãe perto do café do Manel. Um homem muito alto aproxima-se de nós. Talvez seja o meu pai. Naquela altura, o meu pai era uma presença intermitente que, aos meus olhos, surgia nos lugares mais inesperados — a vender bugigangas nas festas do Barreiro, por exemplo, nas arcadas dos prédios perto dos cafés — como um nómada arrastado pelo

vento, atraído pelas luzes. «Cumprimenta o teu primo», terá dito a minha mãe.)

«No dia em que iam matá-lo, Santiago Nasar levantou-se às 5h30 da manhã para esperar o barco em que chegava o bispo.» Santiago vai morrer. O leitor sabe. As outras personagens sabem. Ninguém pode impedir. Ninguém impediu que Santiago Nasar fosse morto pelos irmãos Vicario. Esventrado com uma faca de matar porcos.

Quando li *Crónica de Uma Morte Anunciada* lamentei que o livro fosse tão breve e pensei que o deveria ter lido há mais tempo. Invejo aqueles leitores inflexíveis, sistemáticos e falhos de imaginação que se obrigam a ler a obra completa de um escritor quando descobrem um do seu agrado. Acho admirável e um tanto aflitivo. Nunca fui capaz de levar a cabo esses projectos hercúleos de leitura em nome de uma lealdade precoce.

À medida que avançava na leitura era como se cada página despertasse em mim um eco adormecido. Eu já ouvira uma história semelhante. Era a história de João Jorge, que se dizia ter sido apanhado a roubar porcos, morto como um porco, com a faca usada para os abrir. O dono fizera uma espera aos ladrões, apanhara-os em flagrante e matara um deles. Foi esta versão que circulou no bairro nas semanas e meses seguintes ao homicídio.

Ao ler a investigação do narrador, os testemunhos por ele recolhidos, confirmava a presciência colectiva tardia que se segue a todas as desgraças e interrogava-me se a morte de João Jorge teria a mesma grandeza literária, se haveria na sua história um Bayardo San Román, uma festa de casamento suntuosa, um porto engalanado para receber o bispo; porém, era tão grande e imponente o silêncio de Angela Vicario, tão poderoso o desejo de vingança dos seus irmãos, que nem a força da minha imaginação conseguia elevar o caso de João Jorge acima da realidade mortiça e cinzenta onde tudo acontecera.

Uma ficção perfeita e exuberante condena o leitor a desdenhar do que o rodeia porque nenhuma realidade lhe parece tão vívida como a que acabou de ler.

Perguntava-me se também haveria uma porta fatal, bebidas de contrabando e ramos de amendoeiras, se João Jorge teria tido sonhos aziagos com árvores nas vésperas da sua morte, se teria cambaleado com as mãos a segurar as tripas, se anunciara o seu próprio homicídio como um homem prestes a tornar-se fantasma. O livro lembrava-me o meu primo e, ao mesmo tempo, aconselhava-me a não interromper o seu eterno descanso.

Durante anos, falava-se da morte de João Jorge como exemplo da violência oculta à nossa volta. Quando se esqueceram os pormenores ficou a advertência moral — embora não soubéssemos o que tínhamos de evitar para não sermos vítimas de uma tragédia semelhante — que, com o passar do tempo, se dissipou até ser apenas ilustração de uma época passada, tão remota como certos hábitos bárbaros de civilizações extintas.

Falar sobre o fim trágico de João Jorge tranquilizava-nos. Era como se nos dissessem que homens degolados à noite pertenciam ao passado, fantasmas de um tempo de violência irracional, de encantamento e selvajaria, quando o bairro ainda era habitado por pessoas estranhas entretanto desaparecidas para sempre. Por fim, esquecemo-nos quase por completo da história daquela morte horrível no sítio das hortas. E esquecemo-nos como de um objecto sem utilidade perdido e de que só nos lembramos quando, anos depois, o encontramos por acaso dentro de uma caixa ou detrás de um móvel.

Comigo permaneceu viva a culpa por não me lembrar de João Jorge. Lembrava-me de tantos acontecimentos anteriores — a morte da minha bisavó, o primeiro dia de escola, o colega com uma pasta igual à minha, excepto o trinco, uma excursão

à Figueira da Foz, um carrinho verde na varanda, uma semana de férias no Alentejo, o dia em que, aos três anos, me perdi dos meus pais, à porta de um pub na Vila Chã — e não guardava uma única recordação daquele primo. Só o nome me era familiar, a letra de uma canção de embalar docemente assustadora: João Jorge, João Jorge, João Jorge.

Para exacerbar a minha culpa, os meus tios falavam-me dele com propriedade, privando-me do direito de reclamar a sua morte como a de alguém que me pertencia. Uma vez, a jogar à bola com outros miúdos, um deles falou do rapaz assassinado perto do cemitério e eu, ansioso por me fazer notar, disse que esse rapaz era meu primo. Riram-se: «Tá calado.» Tinham razão. Aquele morto não era meu. Estávamos unidos por um laço genético desprovido de qualquer fundamento sentimental. Sentia-me impotente, como se tivesse desperdiçado a oportunidade de salvar alguém.

Era filho do irmão mais velho do meu avô paterno: eis tudo o que sabia sobre ele, tudo o que soube durante muitos anos. Depois, só havia a minha avó a repetir os pormenores da noite em que o mataram. Os gritos, o ter ido à varanda com as luzes apagadas, as considerações que fazia quando o recordávamos: «Coitado do rapaz. Aquilo não se faz a ninguém.» Como, por falta de atenção, eu fora excluído daquela história fantástica, esse rememorar em segunda mão ligava-me a João Jorge. Posso parecer cruel ao dizê-lo, mas, na verdade, lamentava mais a minha própria ausência do que a morte do meu primo.

DURANTE A ADOLESCÊNCIA, PERÍODO EM QUE, debruçados sobre os nossos medos, aprendemos muito sobre o mundo exterior, adquiri o hábito de passear no cemitério municipal. À tarde, depois das aulas, sobretudo nos dias soalheiros de Inverno, de todos os meus preferidos, atravessava as hortas e saltava a rede para poupar tempo, pois o caminho para a entrada principal era demasiado longo. Em vez de me fechar no quarto a ouvir bandas góticas, a ler *Os Filhos da Droga* ou a inalar o cheiro reles a gasóleo das motorizadas de rapazes bem mais felizes do que eu, caminhava entre campas e ciprestes. Ao anunciar o meu passatempo as reacções nem sempre eram as esperadas: a sensibilidade dos meus colegas não era suficientemente apurada para me considerarem excêntrico, e os mais velhos — familiares, professoras, vizinhos — estavam demasiado ocupados para darem importância a um facto cujo anúncio era tão efusivo que eliminava qualquer sombra de perturbação. Ao contrário das minhas legítimas ambições, tais hábitos nunca me valeram a desejada reputação de satânico ou de profanador de túmulos. A minha avó, com uma frase cheia de sabedoria inata, suavizava os meus actos, retirando-lhes a carga de perigosidade e transgressão por mim desejada, expondo por acaso

a minha inconseqüência adolescente: «Ao menos os que estão lá não te fazem mal nenhum. Dos vivos é que temos de ter medo», dizia, enquanto areava os tachos ou abria as vagens de onde retirava as favas.

As reacções de relativa indiferença diminuía um pouco o prazer do ritual, mas não ao ponto de me fazer desistir, pois aqueles passeios, apesar de um tanto artificiais, tinham em mim um efeito tranquilizador real. Já no cemitério, lia os nomes nas lápides e as datas e essa noção do tempo e da vida como um intervalo concreto perturbava-me e comovia-me. Interrogava-me se essas fiadas de horas, de dias e de anos seriam suficientes para alguém deixar a sua marca no mundo, e se tudo o que restava daquelas pessoas eram aqueles monumentos semelhantes.

Ao passar por campas de desconhecidos, sentia-me poderoso, a reparar injustiças, a salvá-los do esquecimento, dando um sentido póstumo às suas vidas, na esperança patética de que, após a minha morte, um desconhecido também visitasse a campa para que, apesar de tudo, um resíduo da minha existência pudesse sobreviver através de quem nunca me conhecera. Nesses passeios, anunciados com prazer sinistro e um sorriso mais ingénuo que mefistofélico, fixava-me nas fotografias, nas jarras com flores de plástico, nas palavras de despedida dos familiares, nas suas fórmulas iletradas, tentativas frustes de originalidade, nenhuma tão autêntica como a simplicidade de duas datas. Ali, no cemitério da minha adolescência, onde do meu bairro me chegava apenas um rumor, o ritmo da vida diária abrandava e todas as preocupações se dissipavam, como se o som de passos na gravilha, da água de uma torneira a encher um balde, do vento nos ciprestes, da roda de um carrinho de mão empurrado pelo coveiro, fossem as notas quase inaudíveis

do silêncio branco sobre aquele lugar que me limpava do espírito qualquer angústia ou temor.

Mais por rotina do que por superstição, a primeira campa que visitava era a do meu avô paterno, João Óscar Vieira, falecido a 23 de Agosto de 1988, tinha eu dez anos. Quando eu ia lá a casa recebia-me de chinelos e, fosse Verão ou Inverno, com o seu longo robe cinzento, como se a temperatura não se tivesse alterado desde o dia frio de Outono em que chegara a Portugal. Saudava-me com um cavaleiresco «Dom Bruno do Vale da Amoreira». Esse imaginário título honorífico estabeleceu entre nós uma cumplicidade e um afecto eternos.

Tinha o cabelo branco, dedos magros e longos, o humor sarcástico e retorcido da nobreza falida. Vi-o pela última vez na véspera da sua morte. Estava com a minha mãe no centro comercial quando fomos interpelados por uma amiga da minha avó paterna, dona Julieta, a quem nenhuma novidade, trágica ou não, escapava. Chamavam-lhe «Carneiro Gomes», à altura repórter popular da Rádio Renascença. Com o ar compungido e grave dos mensageiros infaustos, disse-nos, sem adiantar pormenores, que eu devia visitar o meu avô. Estava internado no hospital distrital do Barreiro. No dia seguinte fui com a minha avó e os meus tios a pé, numa caminhada de mais de meia hora bastante ingrata para as minhas pernas de criança e para a roupa solene que a minha mãe me obrigara a vestir. Naquela altura, já acumulara algumas experiências de visitar moribundos em casas particulares ou em camas de hospital.

(Os sacos de soro nos hospitais, os doentes a arrastar o suporte pelos corredores nos seus pijamas azuis e gastos, quase

transparentes, curtos nas pernas, nos braços, na barriga, que lhes davam a todos o ar alheado dos internados na ala psiquiátrica, passeando como se por alamedas ou ruas de cidades desconhecidas, lendo e relendo os quadros informativos como se fossem montras de ourivesarias e cada palavra um anel de ouro que os atraísse e ofuscasse. À hora do banho calçavam chinelos descartáveis para evitar infecções e fungos, pediam à auxiliar que tirasse os pintelhos do ralo do poliban. Agora que penso nisso foram muitas as vezes em que, ainda criança, visitei moribundos: o meu avô, o tio Jorge, o Sr. Casimiro, pai de uma amiga da minha mãe, que já não comia, o olhar imóvel nas frinchas dos estores, à procura da derradeira fonte de luz, à procura desse lugar sem nome onde estaria no dia seguinte. Então sou essa criança, de casa em casa, de quarto em quarto, de porta em porta, em visita aos que se preparam para morrer. À memória chega-me esta multidão de cegos e algaliados, homens deambulando pelos corredores, a caminho do paraíso e da ressurreição, a minha bisavó sentada no sofá da sala quando já só via vultos e sombras, e a todos conhecia pelo nome, o meu bisavô no lar a contar-nos os seus delírios, como encontrara maneira de esconder as lâminas da barba das auxiliares, que as levavam para os maridos, e do último pedido que me fez, «compra-me umas giletas, filho», e eu a caminhar pelas ruas mortas de Montalvão na tarde de um sábado de Outono em direcção à mercearia, pagando uma promessa por todas as promessas que não cumprira, redimindo-me nessa peregrinação menor.)

Lembro-me em particular de um vizinho já muito doente. Estava deitado numa daquelas camas antigas de madeira escura e, na parede, por cima da cabeceira, havia um rosário

com uma cruz. Tinha as mãos sobre a barriga. Era como se esperasse apenas as despedidas. A recordação da cara muito encovada e do ar de luto antecipado da mulher e da filha ainda me confundem. Será que estive lá apenas no velório?

Experiências como esta tornavam o ambiente do hospital menos sombrio, até porque os corredores amplos e certos espaços envidraçados onde a luz da tarde entrava generosamente, o movimento de familiares e enfermeiros, algumas conversas ligeiras ouvidas no elevador, retiravam ao acontecimento a carga doentia. Era, de um certo modo, consolador. Quando entrei no quarto não fui recebido com o habitual «Dom Bruno» e não havia aquele sorriso de quem sabe estar a receber mais do que merece. Era apenas um corpo estendido numa cama, com agulhas espetadas no braço logo tapadas por um lençol azul-claro com o carimbo do hospital. Na cama ao lado — e não sei porque me lembro disto tão nitidamente — estava um homem a quem tinham amputado as pernas. Duvido que o meu avô me tenha reconhecido. Não conseguia falar. Morreu no dia seguinte, uma terça-feira. Eu estava em casa e ouvi gritos nas escadas. Os meus tios foram abraçar a minha avó. Aproveitei a confusão para me esgueirar e correr para casa. Fechei-me no quarto, deitei-me e, agarrado à almofada, chorei. A minha mãe entrou. Perguntou-me o que tinha acontecido: «O meu avô morreu», respondi.

Eu a chorar no meu quarto com a porta fechada, sem testemunhas, sem espectadores. Era real o meu sofrimento? Terei mesmo sentido dor pela morte do meu avô? Ou seria outra coisa, a certeza de que o meu dever era chorar, de que o meu avô me amava e que eu tinha de lhe retribuir esse amor com aquelas lágrimas obrigatórias?

Terei ido ao funeral? Penso melhor e recorro o sermão do pastor, as pessoas sentadas atrás de mim na igreja, a luz a entrar pela porta como uma lâmina. Apesar de não ser crente e de reservar uma parte do seu sarcasmo a todas as manifestações extemporâneas de fé, o meu avô teve direito a cerimónia religiosa a pedido da família. Terei sonhado? Terei inventado também esta memória? Tenho a certeza de ter visto o corpo dentro do caixão na Igreja Evangélica Baptista.

Uma daquelas prestimosas senhoras especialistas na etiqueta das exéquias ofereceu-se para retirar o lenço que cobria o rosto. Um invólucro sem vida, barro sem fôlego. O fato, azul-petróleo, era, de certa forma, mais vivo, mais real, mais pessoa que o cadáver. Naquele dia de final de Agosto, o homem era apenas aquele fato, o mesmo da fotografia na parede da sala tirada no fotógrafo da loja na rua 13, na montra da qual certa vez viu a fotografia de um rapazito de quatro anos sem saber que era o próprio neto. Morto e a caminho da sepultura, o meu avô já só era as fotografias que lhe sobreviveram. Por um efeito espantoso, as imagens mais fortes que guardo dele são de fotografias que só vi muitos anos depois, como a de um aniversário da minha avó, em que ele envergava uma balalaica, outra em que estão os dois junto a uma camioneta da Rodoviária Nacional, fotografia provavelmente tirada numa das muitas excursões a que iam na altura, à serra da Estrela, a Estremoz, às grutas de Mira d’Aire. O resto era pó de regresso ao pó.

A caminho do cemitério, tirava fotografias com a velha máquina da minha mãe, sem saber o que procurava naqueles lugares à margem da nossa vida habitual no bairro, como se naquelas veredas rodeadas de canaviais, silvas, vedações precárias, ainda houvesse espaço para a imprevisibilidade negada

pelos dias normais. Empunhava a máquina. Disparava. Era feliz. Cruzava-me com pessoas indiferentes à minha presença, distraídas a estender roupa ou a carregar baldes com os desperdícios para os animais.

(Dois negros, um sentado num barril virado do avesso, toalha à volta do pescoço. O outro a cortar-lhe o cabelo. Ao lado deles, um rafeiro. Levanta-se. Ladra. Fareja-me os pés. Volta para o lugar. Três seres eternos que nunca mais vi.)

Recentemente, ao mudar de casa, encontrei algumas das fotografias. É curioso descobrir naqueles ângulos e enquadramentos o adolescente que fui. Revejo-me mais nas fotografias que tirei do que noutras, da mesma época, em que apareço, em que sou um mero fantasma de mim mesmo, uma presença impossível de refazer por completo. É ao ver as fotografias tiradas por mim, nesta sobreposição de olhares e de tempos, eu novamente a olhar por um buraco da rede do cemitério tantos anos depois daquela tarde, que os dois nos encontramos.

Sem saber, estava perto do lugar onde, anos atrás, tinham matado João Jorge.